

## A SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA, A QUESTÃO FEMININA E O GÉNERO

*Anália Torres*

Resumo Neste texto analisa-se o impacte que a chamada questão feminina e os estudos sobre as mulheres tiveram na produção teórica no âmbito da sociologia da família e no de alguma sociologia do trabalho, desde os anos 70 do século XX. Também se analisam contributos do campo específico dos estudos sobre as mulheres, como o conceito de género e o seu impacte na reformulação das questões da família e do trabalho. Discutem-se igualmente as relações entre estas duas esferas e as propostas sobre a divisão social e sexual do trabalho. Referem-se ainda outros conceitos e propostas e identificam-se contributos de autores/as portugueses/as que, em vários domínios disciplinares, têm utilizado o conceito de género ou que integram os debates mais importantes no âmbito do trabalho dos estudos sobre as mulheres.

Palavras chave Família, género, classe, trabalho doméstico, trabalho, relações sociais de sexo, mercado de trabalho.

Neste artigo pretende-se contribuir para a análise da renovação de perspectivas e de conceitos que, depois dos anos 70 do século XX, a sociologia da família conheceu a partir do ressurgimento da “questão feminina” e dos estudos sobre as mulheres. Também se recenseiam propostas teóricas, que articulando aspectos das realidades da vida familiar e do mercado de trabalho, se propõem a estudar simultaneamente a divisão social e sexual do trabalho. Propõe-se ainda reflectir sobre o papel que o conceito de género jogou, e que implicações o seu aparecimento teve, influenciando a investigação, em diferentes domínios das ciências sociais.

Em publicação anterior, analisara-se o impacte da “questão feminina” na produção teórica de alguns dos mais conceituados sociólogos dos finais do século XIX a meados do século XX (Torres, 2001a). Procura-se agora centrar a atenção nas propostas mais actuais, identificando também o contributo de autores/as portugueses/as para a discussão.

Os anos 60 e 70 são férteis em mudanças sociais e em transformações de perspectiva a propósito quer do casamento quer da temática das mulheres. Vejamos algumas dessas transformações essenciais.

Com W. Goode (1969) encontramos, na literatura anglo-saxónica e antes das abordagens feministas, os traços de uma sociologia da família que equaciona pela primeira vez a ideia de que a mulher pode ser definida enquanto actor social fora dos contextos que a natureza biológica lhe impõe. Mas é ainda uma definição da ordem da identificação dos direitos e do lugar da denúncia da discriminação e menos

de ordem teórica e conceptual. Ou seja, Goode mostra as assimetrias e injustiças a que as mulheres estão submetidas como, de resto, também sublinhou as diferenças sociais e o seu papel nas escolhas matrimoniais e na vida familiar, mas não propõe no plano teórico e na sociologia da família mudança de perspectiva para captar a realidade das distinções inter-sexos, nem sugere novos conceitos.

Só com os anos 70 se dá o que, à distância, podemos hoje designar por ruptura de paradigma. A chamada condição feminina começa a ser olhada de outra forma, ganhando fôlego, com mais clareza, um processo de transição conceptual e de imagem: a passagem de uma noção de mulher-natureza, condicionada pelas suas funções biológicas e por um destino específico, para uma concepção de mulher-indivíduo.

Para essa ruptura contribuem, de forma mais decisiva e no plano das práticas sociais, as mudanças de valores e de comportamentos dos anos 60, as primeiras manifestações e reivindicações de um feminismo de segunda vaga<sup>1</sup> e outras rupturas (Segalen, 1993) no plano dos indicadores demográficos como a subida do divórcio e a descida da natalidade e da nupcialidade, as transformações no plano da inserção das mulheres no mercado de trabalho. No plano ideológico e teórico, por outro lado, surgem um conjunto de novas propostas das correntes feministas e, no contexto da sociologia da família, as investigações que começam a pôr em causa adquiridos anteriores, nomeadamente, a perspectiva parsoniana e a rígida divisão de tarefas e de funções que ela impunha arrastando situações de descompensação. Descompensações, ambiguidades e dificuldades que, aliás, foram previstas pelo próprio Parsons (Torres, 2001a). Também como ele já deixava antever, foram sobretudo as mulheres mais intelectualizadas que tomaram a dianteira do que podemos designar como o início da implosão do sistema conjugal americano e a evidenciação das suas desvantagens, sobretudo porque estas eram conjugadas no feminino.

São essas desvantagens e limites que um conjunto de pesquisas, no mundo anglo-saxónico e fora dele, vão revelar. Andrée Michel, quer pelas investigações comparativas em que ela própria se envolve, quer pelo trabalho de sistematização de informação a que procede através da publicação de várias colectâneas de textos e de manuais, tem um papel chave, desde os anos 60, e sobretudo na década de 70, neste processo de articulação entre a temática da família e a da situação das mulheres. Vejamos muito sinteticamente alguns desses contributos.

#### **Andrée Michel, a sociologia do casamento e as propostas feministas dos anos 70**

As críticas de Andrée Michel às propostas de Parsons assumem lugar de destaque, não só pelo trabalho de desmontagem da própria argumentação do autor, como também pela sistematização de referências a resultados de pesquisa que infirmam as propostas do sociólogo americano (Michel, 1983). Andrée Michel tem ainda papel importante ao subscrever ou divulgar várias propostas teóricas alternativas à

proposta parsoniana e a versões semelhantes como a de Scanzoni (1983). Assumem aqui particular relevo também aquelas que procuraram demonstrar pela primeira vez o carácter “produtivo” do trabalho doméstico ou, por outras palavras, o valor económico e de troca do trabalho de reprodução desempenhado pela mulher no contexto familiar, como Dorothy Smith, Christine Delphy, Heidi Hartmann entre outras.

Vejamos primeiro, de forma sintética, resultados de pesquisas que, no decurso dos anos 60 e 70, contrariam a ideia da vantagem da diferenciação dos papéis (instrumental/expressivo) entre os cônjuges e mostram o mal estar feminino perante a circunscrição ao desempenho exclusivo do seu papel tradicional.

Numerosas foram as investigações na Europa e nos Estados Unidos que, nos anos referidos, demonstraram, com resultados muito convergentes, que o trabalho profissional das mulheres está de forma clara associado ao aumento do seu poder de decisão e autoridade no casal, a maiores níveis de partilha das tarefas domésticas entre os cônjuges (embora de forma nenhuma essa partilha seja completamente igualitária), a maior percepção de companheirismo, camaradagem, interajuda e comunicação no casal (Michel, 1983).<sup>2</sup> Dito por outras palavras, o facto de tanto homens como mulheres desempenharem o papel instrumental na família é um factor positivo para a percepção que as mulheres têm de si próprias, da relação conjugal e da sua autoridade no contexto familiar. O crescimento da taxa de actividade feminina das mulheres casadas nos anos 60 e 70, quer nos Estados Unidos quer na Europa,<sup>3</sup> pode testemunhar assim também esse crescente desejo de maior autoridade feminina.

Se é verdade que o móbil da actividade feminina no exterior parece ser, fundamentalmente, nesta altura, o desejo de melhorar as condições de vida da família, estes dados não deixam contudo de fazer pensar que outros elementos começam também a pesar nas decisões femininas quanto à actividade profissional. A título de exemplo, verificou-se, numa investigação dessa época, que as mulheres casadas que trabalhavam no exterior, com menos posses, quando comparadas com outras mulheres dos mesmos sectores sociais sem actividade profissional, pareciam estar mais satisfeitas perante dimensões fulcrais da relação conjugal, apesar de pagarem o preço de uma dupla jornada de trabalho (Blood e Wolfe, 1960).

Mas as desvantagens da exclusividade do desempenho do papel expressivo pelas mulheres no contexto da família podem ser analisadas ainda por outro prisma. Por um lado, as mulheres mais instruídas assumem, nestes anos 60 e 70, alguma retracção perante a conjugalidade, verificando-se que é entre estas que é maior a taxa de celibato (Michel, 1983: 155). Este facto tende a ser interpretado como a percepção das desvantagens que tem o casamento, nos moldes da divisão tradicional dos papéis, para a realização pessoal das mulheres. Por outro lado, as mulheres casadas desses mesmos sectores sociais começam a sentir as ambiguidades e os efeitos nefastos da situação da mulher doméstica de que falava Parsons (Parsons, 1971, 1949).

Em várias pesquisas se concluiu que a situação de isolamento das mulheres domésticas, associada ao alto sentido de responsabilidade pelos cuidados com os filhos, tendia a causar neurastenia e sentimento de vazio como Betty Friedan e

I. Tallman concluem (Michel, 1983: 136). Noutras investigações salienta-se uma correlação negativa entre saúde mental e trabalho doméstico<sup>4</sup> e também se conclui, noutras ainda, como as que foram conduzidas por G. Mauco, que “os papéis de autoridade concedidos ao homem no casamento dão à mulher uma imagem desvalorizante dela mesma, o que se traduz por um desequilíbrio familiar” (Michel, 1983: 124). Esses desequilíbrios têm consequências negativas não só para as próprias mulheres como para as crianças. E até sociólogos como Becker, que está longe de contestar a divisão tradicional das tarefas no contexto familiar, são obrigados a admitir que a dependência económica das mulheres pode ter efeitos desastrosos quando um casamento não é bem sucedido (Michel, 1983: 125).

Quanto à satisfação da mulher no casamento, um conjunto de trabalhos realizados nos Estados Unidos e na Europa, em meados de 60 inícios de 70, parecem igualmente chegar a resultados bastante convergentes. A satisfação conjugal declina com o nascimento dos filhos e mantém-se baixa até os filhos serem adolescentes, são os resultados a que chegam quer Andrée Michel, quer Feldman, quer Rollins e Feldman, quer Burr (Michel, 1983: 230-243). A partir dessas idades dos filhos a satisfação parece novamente aumentar, podendo estar também associada à retoma da actividade profissional.<sup>5</sup>

Os níveis de insatisfação com a relação conjugal podem reforçar-se com o nascimento do segundo filho e parecem estar relacionados, entre outros factores, com a sobrecarga de trabalho, com a existência de maiores problemas sexuais, com menos dinheiro e mais problemas com a profissão do marido, com menos bom humor, falta de comunicação entre os cônjuges, etc. (Michel, 1983: 232). Não deixa de ser curioso notar assim que, ao contrário provavelmente do que em termos de senso comum poderia ser de esperar e do que na teoria da diferenciação dos papéis está tão claramente prescrito, a maternidade parece ser “inimiga” da relação conjugal e da satisfação das mulheres no âmbito relacional.

Quanto à relação entre satisfação conjugal e interacção conjugal também parece haver convergência num conjunto de resultados de investigação. No inquérito francês realizado por A. Michel em meados dos anos 60 a 456 famílias parisienses, a satisfação da mulher no casamento “é negativa e significativamente afectada pela autoridade do marido no casal, pelo monopólio da realização das tarefas domésticas pela mulher, pela especialização das decisões em função do sexo” (Michel, 1983: 238). A satisfação das mulheres casadas é mais elevada, por outro lado, quando há divisão de tarefas entre os cônjuges e as decisões e autoridade também são partilhadas. Encontraram-se os mesmos resultados na Bélgica e nos Estados Unidos (Blood e Wolfe, 1960). Embora os níveis de satisfação das mulheres casadas estejam também relacionados com o maior nível de instrução e de rendimentos dos maridos, factores como a comunicação recíproca no casal parecem sobrepor-se a esses de carácter económico ou de estatuto, como ficou claramente demonstrado quer nos resultados da pesquisa acima referida de A. Michel sobre as parisienses, quer numa investigação realizada na Bélgica. Entre os factores favoráveis à maior comunicação no casal contavam-se, precisamente, na pesquisa de A. Michel, factores como o igualitarismo no casal no plano das decisões e no da divisão das

responsabilidades. O carácter decisivo da comunicação no casal foi ainda demonstrado por R. Hill, M. Stycos e K. Back (Michel, 1983: 241).

Estes resultados deixam transparecer claramente incomodidades femininas na aplicação do modelo tradicional de divisão das funções e tarefas entre homens e mulheres na família no decurso dos anos 60 e 70. É que se no plano da relação conjugal a realidade para a maioria das que eram domésticas, e sobretudo para aquelas que tinham filhos pequenos, era insatisfatória, a verdade também é que estas mulheres não tinham modo de a transformar, dada a situação de dependência em relação aos cônjuges em que viviam. Ora não será forçado admitir, e a distância de 20 ou 30 anos também nos ajuda, que a vivência destas incomodidades vai traduzir-se de forma muito evidente no plano das práticas, em anos posteriores.

Para as mulheres menos instruídas e com menos rendimentos o trabalho profissional pode aparecer como uma resposta que permite simultaneamente obter mais poder no contexto conjugal, contribuir para o reforço do orçamento da família, diminuir, embora só ligeiramente, a carga doméstica, para já não falar de outros ganhos identitários, de reconhecimento de competências e de sociabilidade. Não será este um factor importante para explicar a subida da taxa de actividade feminina nos anos 80 e 90?

Para muitas mulheres mais instruídas, os resultados destas pesquisas, ao revelar a insatisfação conjugal, a dificuldade em correlacionar positivamente maternidade, bem-estar conjugal e realização pessoal, só vêm funcionar como caixa de ressonância em relação à sua experiência e sentimentos pessoais. E se nos sectores sociais menos favorecidos, a participação das mulheres no mercado de trabalho e a acumulação do trabalho doméstico com o trabalho profissional parecem ser o preço a pagar para um protagonismo feminino relativamente acrescido, nos sectores mais favorecidos trata-se de assumir claramente o direito a concretizar projectos de realização pessoal e profissional sem desistir da maternidade, da família e da relação conjugal. Assunção de direitos que ainda hoje necessita de ser continuamente afirmada e reafirmada, dadas as resistências e dificuldades reais que o seu exercício na prática ainda suscita, mas que começa a esboçar-se como questão a resolver exactamente nos anos 70. Mas também é verdade que desde essa altura se torna mais fácil para as mulheres mais instruídas e com maiores rendimentos criar condições para poder exercer estes direitos de forma conjugada, já que se torna possível aliviar o peso das tarefas domésticas, nomeadamente através da contratação de trabalho pago.

Mas, importa sublinhar, é a partir dos anos 70 que se tornam mais explícitas e visíveis as ambiguidades, as dificuldades e os custos decorrentes da dependência financeira das mulheres, a imposição do retraimento na concretização das suas ambições de realização pessoal e profissional, dificuldades que passam a poder ser nomeadas: termos como submissão feminina e dominação masculina começam a entrar no vocabulário comum a partir dos ensaios feministas. O que era vivido no plano pessoal como o problema daquele casamento, daquela mulher, tende a ser vivido como questão mais global. Inicia-se uma convulsão social, a da plena igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, que ainda hoje está em curso mas que se constitui nestes anos como um ponto de não-retorno.

Além da questão da igualdade, os resultados de investigação que temos vindo a referir revelam também a rejeição do modelo tradicional do casamento e a defesa explícita ou implícita de outras modalidades de relacionamento. Contra a ideia de reciprocidade com base na diferenciação e na complementaridade dos papéis e funções, impõe-se uma perspectiva sobre a relação conjugal marcada pelo igualitarismo, pela indiferenciação no desempenho das tarefas, pela proximidade entre os cônjuges e pela comunicação recíproca como critérios para a satisfação conjugal. Trata-se também de uma nova visão dinâmica da relação conjugal:

[O casamento] é um processo dinâmico, no qual o equilíbrio é um objectivo e uma aposta mais do que um adquirido, um movimento entre forças centrífugas e centrípetas, forças de atracção e repulsão; as primeiras só se impõem às segundas através de negociações, de avaliações (*marchandages*), cuja finalidade é a manutenção de uma reciprocidade de direitos e de deveres aceitável no seio do casal. (Michel, 1978: 11)

Esta afirmação baseia-se em comprovação empírica, diz a autora, que defende que o casamento se tornou nos países industrializados uma instituição precária, pelo facto dos indivíduos não aceitarem a ausência de reciprocidade, chegando mesmo a poder romper o casamento quando sentem falta dela. Esta era também a interpretação que A. Michel desenvolvia para explicar o aumento exponencial do divórcio que se desencadeia de forma mais acentuada precisamente no início dos anos 60.

Em suma, o que estas novas abordagens procuraram demonstrar foram os equívocos da ideologia tradicionalista quando propunha que a realização pessoal e a satisfação das mulheres fossem a contrapartida para os serviços gratuitamente prestados aos filhos e ao marido e restantes familiares. As pesquisas empíricas que citámos encarregaram-se de desmistificar completamente esta ideia.

### O casamento, a família e o trabalho doméstico

No plano teórico, surgem também as teorias da corrente feminista que propõem novas explicações sobre a situação feminina e sobre o papel da mulher na família. Trata-se agora de uma perspectiva completamente nova que tende a dar visibilidade a um lado da vida familiar até aqui completamente oculto: o trabalho produtivo e reprodutivo que as mulheres desenvolvem no contexto do casamento e da família.

Dorothy Smith, numa perspectiva de simbiose entre a perspectiva estruturo-funcionalista e a marxista, propõe que a família no capitalismo monopolista continua a desempenhar uma função produtiva embora tenha deixado tendencialmente de produzir de forma directa para o mercado. O trabalho produtivo no contexto da família é constituído pela enorme quantidade de serviços domésticos produzidos, no essencial, pelas mulheres. Produção que é sistematicamente ocultada e não contabilizada. A família é assim um sub-sistema articulado ao sistema

industrial (Michel, 1983).<sup>6</sup> Este tipo de argumentos tem o mérito de desmistificar as ideias que tendiam a justificar a divisão tradicional dos papéis como uma necessidade estritamente emocional e relativa aos cuidados com as crianças e aponta para a necessidade de ter em conta e de avaliar os aspectos quantitativos e qualitativos do trabalho doméstico.

Para Christine Delphy importa definir o trabalho doméstico “como uma certa relação de trabalho, uma certa relação de produção no seio de uma unidade: o grupo doméstico”. A natureza desta “relação de produção entre marido e mulher na família nuclear moderna” é a de uma relação de subordinação de uma pessoa, ou de um chefe que está integrado numa relação de produção mercantil, a uma outra que lhe é subordinada porque a sua produção, não se integrando no circuito mercantil, é desvalorizada e tornada invisível (Delphy, 1978).

Nestas condições, avança C. Delphy, a reciprocidade, no contexto da relação conjugal e da família, é difícil. De um lado, temos o chefe de família cuja produção é paga através de um salário, do outro, a mulher, cujo contributo não é reconhecido socialmente, nem sequer pelos dois implicados, e não tem protecção social, pois só tem protecção através do marido. Além disso, as mulheres casadas que trabalham no exterior também acumulam a produção doméstica. Ou seja, para C. Delphy, nas condições da divisão tradicional das tarefas e funções, o casamento é, independentemente da vontade das pessoas, um lugar de reciprocidades difíceis, na medida em que os lugares que o homem e a mulher ocupam são, à partida, muito distintos. C. Delphy mantém a sua perspectiva, como se pode verificar num texto do início dos anos 90: “o casamento é uma instituição através da qual o trabalho não pago é extorquido a uma categoria particular da população, as mulheres-esposas” (Delphy, 1992: 138).

Depois de uma época em que a dedicação das mulheres ao marido e à família parece ser um dádiva não contabilizada, trocada pelo sustento material e legitimada pela ideia de um desempenho baseado na função biológica, começa-se a contabilizar perdas e ganhos. Contabilização que parece resultar da própria centralidade das lógicas mercantis na sociedade capitalista (Morgan, 1978).

A título de exemplo, registre-se uma das múltiplas formas de contabilizar que conduzem a conclusões curiosas. Num grande inquérito, aplicado a mais de 2 mil famílias representativas de famílias de todos os tipos, Morgan revelou que o celibatário americano consagra cerca de 408 horas por ano às tarefas domésticas mas que depois de casado não faz mais do que 190. Conclui assim que o homem americano ganha com o casamento cerca de 218 horas por ano. Cálculos que dão cinco anos a mais, em relação às mulheres, ao longo da vida de casado, que ele pode usar para muitas coisas: mais trabalho, mais salário, mais lazer (Morgan, 1978). Ora acrescenta-se, as contrapartidas, isto é, o facto de serem as mulheres a ser sustentadas financeiramente pelos maridos, parecem nem ser recíprocas, como C. Delphy procurou mostrar, nem absolutamente fiáveis.

Na verdade, A. Michel defende que o que as mulheres ganham em conforto e segurança quando dependem financeiramente dos maridos tem muitas vezes também em contraponto, sobretudo em certas classes sociais, o chamado mal indefinido da doméstica a que já se fez referência: o isolamento, o aborrecimento, a

monotonia dos dias, a fuga para o consumo inútil, as visitas ao psicanalista ou psiquiatra ou a cura com tranquilizantes para aplacar uma energia que não encontra lugar onde esgotar-se além da rotina das tarefas domésticas.

Mas houve ainda outras propostas feministas, nos anos 70, que procuraram dar visibilidade ao trabalho doméstico. Ann Oakley (1974), considerando a dona de casa como uma figura característica do capitalismo contemporâneo, analisa as especificidades do trabalho doméstico, distinguindo-o das outras formas de trabalho e mostrando como ele está intimamente associado a uma visão particular sobre a mulher: a que a define segundo três características indissociáveis como mãe, esposa e trabalhadora doméstica.

Surgiram também polémicas a respeito deste tipo de trabalho. Maria Rosa della Costa e Selma Jones propunham que devesse ser reivindicado um salário para o trabalho doméstico. Mas a maioria das feministas tendia a considerar que este tipo de propostas só aprofundariam a situação de isolamento e de discriminação feminina (Macdowell e Pringle, 1992: 126). Embora esta vaga inicial, que procurava mostrar aspectos da situação das mulheres até aí ignorados, centrasse a sua atenção no domínio da vida familiar e doméstica, outras propostas procuravam relacionar a situação de discriminação na família com a discriminação no mundo do trabalho. Contudo, a polémica gerava-se à volta da atribuição da primazia a dar a cada uma dessas esferas.

Nos primeiros anos da década de 70, tendia-se a sublinhar mais a esfera familiar e doméstica como o cerne da opressão, sugerindo que o patriarcado, “estrutura específica da dominação masculina” (Macdowell e Pringle, 1992), teria autonomia em relação às formas de exploração capitalista. A relação entre capitalismo e patriarcado ou entre género e classe constituíam tema de debate frequente. C. Delphy (1978), por exemplo, defendia que o patriarcado constituía um modo de produção separado. Heidi Hartmann (1981), pelo seu lado, sustentava que o patriarcado e o capitalismo constituíam sistemas duais que se beneficiavam mutuamente e que tinham como resultante a secundarização das mulheres no mundo do trabalho.

Mas, tal como Macdowell e Pringle (1992) sustentam, as condições materiais desde o início dos anos 80 até hoje mudaram significativamente e as perspectivas feministas também:

no decurso dos anos 80 houve maior consciência da dificuldade de fazer afirmações teóricas a este nível de abstracção. As feministas desencorajaram as polaridades do tipo ou/ou e a distinção entre feministas radicais e socialistas esbateu-se. (Macdowell e Pringle, 1992: 127)

Nesta linha é também de salientar que no decurso dos anos 80 e 90 apareceram novas perspectivas teóricas que propuseram a necessária articulação entre os conceitos de classe e de género (Phillips, 1992). Em simultâneo, perderam vigor as teorias que defendiam a centralidade do patriarcado, nomeadamente porque foi bastante questionada a forma de identificar e localizar as estruturas sociais que sustentavam tal “modo de produção”. Como será desenvolvido à frente, tendeu-se mais tarde a privilegiar a ideia de uma dominação masculina como

dominação simbólica e como forma de exercício de um poder que se apresenta de forma “naturalizada” e se manifesta em todos os domínios das relações sociais, conformando as instituições a essa lógica, distribuindo diferentes lugares de poder para homens e para mulheres.

A ideia do patriarcado como categoria transhistórica, aliás, fora já criticada em 1981 por Teresa Sousa Fernandes numa dissertação de doutoramento defendida na Brandeis University. Trata-se de uma obra a vários títulos percursora, já que é exactamente em finais dos anos 70 que questiona o que só se tornou pacífico e aceite no início dos 90, como vimos nos textos referidos acima. Vale a pena olhar para os traços gerais da sua proposta ainda que de forma sintética.

A autora faz uma reavaliação crítica de alguns aspectos centrais do marxismo e do feminismo. Critica a ideia de “universalidade” contida na noção de patriarcado e de uma dominação masculina transhistórica que Kate Millet avança. Considera que Delphy faz uma colagem demasiado rápida, e pouco rigorosa, entre o modo de produção capitalista e a exploração do trabalho doméstico e reprodutivo que as mulheres desenvolvem no contexto da família (Fernandes, 1981: 3). Também sugere os limites do biologismo de algumas propostas feministas como a de Firestone (Fernandes, 1981: 4).

Defende ainda que o marxismo não conseguiu produzir uma teoria capaz de explicar a opressão das mulheres, a divisão sexual do trabalho, nem a dominação feminina na família. Propõe, assim, a necessidade de ultrapassar os dualismos inerentes às versões feminista e marxista, afirmando que “a sociedade capitalista não é só um sistema de classe historicamente específico, mas também um sistema de dominação-subordinação dos sexos historicamente específico” (Fernandes, 1981: 7). Trata-se assim de uma proposta que a nosso ver sublinha *avant la lettre*<sup>7</sup> a necessidade de articulação entre divisão social e sexual do trabalho, propostas hoje pacíficas, mas decerto inovadoras para a época. Como decorre dos termos utilizados pela autora, trata-se de considerar que “a caracterização da forma capitalista da divisão sexual parte da análise das relações sociais da reprodução humana na medida em que elas se interrelacionam com as relações de produção capitalistas e o poder político” (Fernandes, 1981: 7).

Centrando-se na análise da perspectiva marxista e procurando desmontá-la de forma extremamente exaustiva, percorre um leque variado de aspectos, desde as propostas de Engels, à identificação das especificidades da relação salarial em Marx, ao papel do Estado e a evolução da época pré-moderna, ao grande surto de desenvolvimento industrial do século XIX até 1975, concluindo a este propósito e de forma global sobre “a inaplicabilidade, na análise das divisões sexuais do trabalho, do aparato conceptual utilizado para caracterizar as divisões capitalistas do trabalho exclusivamente por referência à organização do processo produtivo imediato” (Fernandes, 1981: 288).

Depois de uma reinterpretação histórica sobre a externalização do trabalho de reprodução social, propõe os fundamentos de uma teoria sobre a divisão sexual do trabalho. Salienta a necessidade de analisar a articulação entre as relações de produção e as de reprodução, desenvolvendo a partir daqui nova análise aprofundada sobre a posição das mulheres trabalhadoras no sistema de reprodução social,

por um lado, e na relação salarial, por outro, demonstrando como se tecem e se interpenetram estas esferas. Retoma também algumas propostas como a de Meillassoux, que assume proposta idêntica ao analisar o trabalho feminino na agricultura (Meillassoux, 1977).

Encontramos assim uma alternativa muito elaborada a propostas mais simplistas sobre as características do trabalho doméstico no contexto das classes trabalhadoras (Fernandes, 1981: 571-586) e da relação entre este, a própria relação salarial e a “formação” do salário das mulheres e dos homens. Conclui que “a forma burguesa de família das classes trabalhadoras e o trabalho doméstico privado que aí se desenvolve aparecem como condições necessárias do sistema de trabalho assalariado” (Fernandes, 1981: 586). Por outras palavras, a privatização da família das classes trabalhadoras é parte integrante do processo de externalização da reprodução do trabalho. O que significa que a formação dos salários masculinos nas classes trabalhadoras pressupõe a existência de uma reposição da força de trabalho operada pelo trabalho reprodutivo e não pago das mulheres no contexto doméstico independentemente destas trabalharem ou não no exterior. Esta divisão sexual do trabalho que impõe às mulheres casadas o desempenho destas obrigações domésticas e familiares implica ainda que, quando as mulheres trabalham no exterior, os seus salários sejam muito inferiores aos dos homens dado que são desde logo “definidos” como salários de apoio. Tal divisão sexual traduz-se também de forma muito visível na divisão do trabalho vertical — as mulheres ocupam postos menos qualificados que os dos homens — e horizontal — a distribuição das mulheres por sectores de actividade específicos, que produzem determinados bens de consumo, que são mal remunerados e de trabalho intensivo, etc. (Fernandes, 1981: 744). Ideias que irão ser retomadas e em que se insistirá mais tarde, tal como, aliás, a análise histórica das relações entre formas da estrutura familiar e posição face ao mercado de trabalho de homens e de mulheres das classes trabalhadoras, que T. S. Fernandes desenvolve, analisando essas relações desde a fase da acumulação capitalista ao modelo vigente em meados dos anos 70 (Fernandes, 1981: 670-782). Procedimentos analíticos idênticos, embora com alguns contornos diferenciados, que outras autoras, mais tarde, em meados dos anos 80 e no decurso dos 90, irão sugerir, como veremos à frente.

Não tendo qualquer pretensão de sintetizar as diversas propostas de Teresa Sousa Fernandes, extensa e aprofundadamente desenvolvidas (841 páginas), sublinham-se mais duas ideias que se considerou importante reter. Em primeiro lugar, a autora desenvolve com bastante pormenor a oposição à venda da força de trabalho feminina na fase de consolidação do capitalismo industrial. Oposição no próprio seio dos sindicatos, nos sectores mais “aristocráticos” da classe operária e mesmo do movimento socialista em virtude da ameaça que representava a oferta de mão-de-obra feminina para a manutenção dos níveis salariais dos homens. Oposição também ideológica pela parte do Estado, já que se começa a desenvolver o ideal da doméstica e a circunscrição das mulheres trabalhadoras aos sectores dos serviços pessoais, situação que se torna predominante na altura da viragem do século (Fernandes, 1981: 426-451).

A leitura destas páginas, ilustradas com diversos exemplos e casos históricos,

mostra as contradições entre “luta de classes e luta de sexos”. Situações que, com outros pretextos ou com os mesmos mais “matizados”, se podem ainda hoje localizar, muito mais de 100 anos depois, nos diversos episódios das lutas actuais pela emancipação feminina e nas contínuas resistências que a ideia de que as mulheres devem ser encaradas como “indivíduos” continua a suscitar. É na verdade muito complexo o percurso da passagem da ideia de uma mulher dependente para a sua sobrevivência dos ganhos do marido, limitada às suas funções biológicas e ao seu papel na família, para a ideia de uma mulher-indivíduo.

Em segundo lugar, e para concluir, Teresa Sousa Fernandes faz algumas observações que merecem ainda atenção. Pelo facto de ter dado na sua análise prevalência às posições dos sindicalistas e dos activistas do movimento sindical, interroga-se sobre como teriam as mulheres reagido, que estratégias teriam elas desenvolvido, como teriam elas vivido a sua compulsiva circunscrição ao papel materno? Numa pesquisa sobre a conjugalidade (Torres, 2001), com uma lógica metodológica completamente diferente da investigação que se tem vindo a abordar, e com outras interrogações, procurou-se precisamente reconstituir o discurso quer das mulheres quer dos homens sobre a vida conjugal e sobre o trabalho profissional. Tem-se, aliás, insistido na necessidade de não fazer economia da pesquisa, nem ceder às tentações ideológicas ou alteridades naturalistas que se podem traduzir pela suposição de que os dominantes são o reverso dos dominados.

Outra observação final da autora, enunciando um esforço desenvolvido pela própria também voltado para o futuro, refere-se ao facto de reafirmar a necessidade de ter em conta as diferenças de classe entre as mulheres e afastar as visões dualistas que implicam, por exemplo, a escolha mutuamente exclusiva de conceitos como patriarcado ou classe social. Na investigação citada, com outro objecto e outros objectivos, procurou-se também superar o mesmo tipo de dualismos, tendência, aliás, que hoje em dia se tem tornado mais frequente nestas áreas de investigação (Torres, 2001).

Mas as propostas portuguesas a propósito da ligação entre família, capitalismo e trabalho tiveram, ainda no início dos anos 80, outra autora relevante, Virgínia Ferreira. Num texto publicado ainda em Maio de 1981, pela *Revista Crítica de Ciências Sociais*, intitulado “Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo”, a autora analisa em primeiro lugar a relação entre família e capitalismo, para depois se centrar nos debates da época sobre o significado do trabalho doméstico e a condição social das mulheres. Tal como outros autores e autoras, Virgínia Ferreira assume, desde logo, a necessidade de, para analisar a situação das mulheres na sociedade capitalista, “considerar as interconexões existentes entre o trabalho realizado no seio da família e o trabalho no sector da produção social”.

Começando por analisar as posições sobre a família de autores clássicos como Marx, Engels e Weber, aponta depois as fragilidades da concepção funcionalista de Parsons, concentrando-se a seguir na identificação, com pormenor, de um conjunto de concepções alternativas que constituíam à época, posições inovadoras. A análise crítica a essas posições alternativas mostra como são parcelares as perspectivas que defendem o papel funcional da família em relação ao capitalismo — tanto aquelas que sustentam a ideia de que a família tem um papel de defesa ideológica

dos “valores conservadores ao socializar os indivíduos numa relação de autoridade” (Ferreira, 1981), como aquelas que assentam estritamente numa ideia de família como “lugar de trabalho num processo de produção”. Recenseia depois outras perspectivas, as que acentuam o carácter contraditório da relação entre capitalismo e família.

A partir desta análise, conclui que cada uma das concepções recenseadas “não exclui as outras”, admitindo que para uma análise adequada da realidade se deve ter em conta que “a família é uma instituição social fundamental que não pode ser analisada como um campo autónomo do social mas antes como um elemento intrinsecamente integrante desse todo social”. A vida familiar, na perspectiva da autora, não é estruturada a partir da vontade pessoal dos indivíduos, mas é socialmente determinada de forma múltipla, quer no plano ideológico, quer no nível económico, não estando também “apenas subordinada aos interesses do capital mas também a eles se contrapondo” (Ferreira, 1981: 59).

As relações entre trabalho doméstico e capitalismo são, de seguida, analisadas. Depois de caracterizar o trabalho doméstico, debruça-se sobre um conjunto de propostas sobre a natureza desse trabalho. Discussão viva e muito interessante, assumindo Virgínia Ferreira, do lugar da sociologia, posição de pioneirismo ao introduzir o debate em Portugal. Salientem-se as teses centrais que permanecem, de resto, inteiramente actuais. A autora sublinha o importante papel que a família tem, nomeadamente através do trabalho doméstico que aí se desenvolve, como reprodução, quer da força de trabalho, quer dos seres vivos. Ao mesmo tempo, sublinha a importância da distinção, no grande subconjunto de mulheres, de diferentes classes sociais. Parte da proposta de D. Bertaux (1978) é aqui recuperada de forma criativa.

O texto aborda, ainda, a condição social das mulheres, para percorrer as diferentes explicações sobre a origem da sua opressão e as formas históricas que foi assumindo, mostrando ao mesmo tempo as transformações na situação feminina. Sublinha o progressivo reconhecimento do direito ao trabalho das mulheres, condição da sua autonomização, sem deixar de salientar as contradições dessa situação. Porque as desigualdades se mantêm no plano da própria inserção profissional, onde a segregação se continua a fazer sentir e também porque se continua a atribuir às mulheres a responsabilidade fundamental na esfera da reprodução, em sentido amplo.

A autora mostra, assim, as encruzilhadas específicas da situação das mulheres. E não deixa igualmente de referir as propostas que, nos anos 60, representaram a expressão forte do movimento de emancipação das mulheres — as correntes feministas. Identifica as duas tendências centrais desses movimentos na época: o feminismo reformista, que preferia no plano analítico dar prevalência à distinção entre as classes, e o feminismo liberal, que considerava as mulheres como um só grupo assumindo como principal inimigo o sexismo. Finalmente, a autora reafirma a necessidade, para compreender e interpretar quer a situação das mulheres, quer a família e o trabalho doméstico, de insistir, no plano analítico, na articulação das esferas da produção e reprodução.

Fazendo agora a síntese mais global do que foi dito, importa reter, retomando

o fio condutor que nos tem conduzido até aqui, que a corrente feminista dos anos 70 aos anos 80, na sua diversidade e pluralidade de abordagens, desde as que mostravam o que se escondia sob a capa da paz doméstica até às que propunham abordagens inteiramente inovadoras, constituiu também um dos passos em frente mais decisivos no campo da reflexão teórica sobre as temáticas da conjugalidade, da família e das mulheres. Na verdade, esta corrente obrigou detractores ou defensores dessas ideias a aprofundar os temas, a orientar pesquisas com outros olhares e perspectivas. As mulheres emergiram simultaneamente enquanto sujeitos e actores da história social e enquanto motores da reflexão sobre essa mesma história.

### Propostas contemporâneas

Se a proposta de Andrée Michel consiste numa tentativa de renovar a sociologia da família e do casamento a partir dos contributos inovadores da corrente feminista, a verdade é que este domínio da sociologia conhece outras fontes de renovação no decurso dos anos 60, 70 e 80. Particularmente interessantes são os contributos de alguns autores de língua francesa (Kellerhals, Roussel, Singly, Kaufmann, Bozon entre outros) e de autores americanos que têm uma perspectiva específica sobre o casamento (Berger e Kellner).

Mas para elucidar a relação entre casamento e a questão feminina há ainda um conjunto de outras propostas de origem diversa que se mostram decisivas. Refiram-se os contributos de outras áreas da sociologia, como uma certa sociologia do trabalho que faz ressaltar a articulação entre divisão social e sexual do trabalho, como é o caso das propostas de M. Chaudron, F. Battagliola, M. Agnès Barrère-Maurisson. A pesquisa de terreno de Olivier Schwartz, num compromisso teórico e metodológico entre a antropologia e a sociologia, sobre o mundo privado dos operários, constituiu fonte de inspiração fundamental. Salientam-se ainda algumas propostas da psicologia social como a de Lígia Amâncio, da antropologia como M. Vale de Almeida e de correntes feministas contemporâneas que propõem formas específicas de definir e operacionalizar o conceito de género.

O debate com perspectivas mais recentes de P. Bourdieu, nomeadamente sobre a dominação masculina, é também útil para, entre outros aspectos, situar a questão do que permanece e do que muda no plano da igualdade entre homens e mulheres. Mas para a perspectiva da mudança social e das transformações dos últimos anos, quer no que toca ao casamento e à família, quer no que diz respeito à questão feminina, é ainda importante a contribuição teórica de autores como Kellerhals e Singly e, no plano das propostas teóricas mais englobantes, a de Giddens.

Vale a pena ainda chamar a atenção, como se verá à frente, para os contributos de autores na área da sociologia da família em Portugal, como Nelson Lourenço e, não por acaso, o de muitas autoras como Ana Nunes de Almeida, Maria das Dores Guerreiro, Karin Wall, Engrácia Leandro e Cristina Lobo. Igualmente importantes

foram os contributos sobre a questão das relações sociais de sexo, como o de Virgínia Ferreira, e sobre o género, como Helena Carreiras e Isabel André.

### A importância do sexo dos capitais

A proposta de definição conceptual do casamento feita por Singly em *Fortune et infortune de la femme mariée* (1987) é sintética e ilustrativa da sua perspectiva teórica: “O casamento constitui, com o emprego, um mercado onde os capitais se trocam. A escolha do cônjuge efectua-se segundo o princípio da equivalência das riquezas masculinas e femininas” (Singly, 1987: 8). Esta perspectiva contém, por um lado, elementos de recuperação de uma proposta anterior, a de Bourdieu e de Desrosières, ao avançar a ideia de mercado matrimonial e sugerir a troca de capitais que parece recobrir o conceito de estratégias matrimoniais. Mas contém também, por outro lado, elementos inovadores. Na verdade, F. de Singly é um dos primeiros sociólogos da família, depois de A. Michel, que no plano teórico coloca no centro da análise da conjugalidade e da família as diferenças de sexo. A sua proposta, complementar com a ideia inicial acima exposta, consiste em considerar que não se pode esquecer que no mercado das trocas matrimoniais os capitais também têm sexo, ou seja, homens e mulheres no casamento não trocam os mesmos capitais mas capitais que se equivalem. Vejamos como.

Num artigo publicado no mesmo ano do livro referido, F. de Singly ilustra melhor a sua perspectiva própria ao desenvolver o que chama uma “teoria crítica da homogamia” (Singly, 1987a). De facto, começa por mostrar que um dos erros da proposta de Girard e dos que insistem na ideia de homogamia social é o facto de esquecerem as “relações sociais de sexo”, o que os leva a “subestimar os interesses divergentes dos cônjuges” (Singly, 1987a: 182). Apoiando-se, igualmente, numa pesquisa realizada sobre anúncios matrimoniais, ele mostra que homens e mulheres fazem sobressair características diferentes quando se apresentam no mercado matrimonial. Elas sublinham mais as suas qualidades relacionais e estéticas e eles insistem mais no seu trabalho profissional ou nas suas propriedades. Por sua vez, quando “procuram”, reproduzem a mesma lógica “sexualizada” da oferta: “as exigências femininas voltam-se para o económico, as exigências masculinas para o relacional e o corporal” (Singly, 1987a: 197).

Para Singly, o que explica a insistência nestas diferenças que surgem como complementares é que, e tal como C. Delphy já tinha chamado a atenção, há relações de produção e reprodução a operar no casamento e no contexto familiar. Daí que não se possa considerar apenas a proximidade social na escolha do cônjuge, sendo também obrigatório reconhecer as diferenças de sexo: “o casamento contribui para uma dupla reprodução das relações entre as classes e da relação entre os sexos. A negociação entre os futuros cônjuges respeita duas regras implícitas: a equivalência social e a diferenciação sexual” (Singly, 1987: 30).

Este efeito de “sexo” dos capitais tem ainda como consequência que as

competências (os dotes) que as mulheres têm à entrada do casamento se transformem com o casamento e com a maternidade:

as desigualdades profissionais entre homens e mulheres não reenviam unicamente para os mecanismos da discriminação sexual; elas traduzem, em primeiro lugar, o facto de as consequências do casamento serem divergentes para uns e para outros. A mais fraca conversão do dote feminino em rendimentos monetários ou em estatuto profissional deriva das relações sociais entre os sexos na família. Uma mulher casada que tem uma actividade profissional deve acumular as cargas de uma vida ‘activa’ e da vida familiar. As condições nas quais ela pode rentabilizar as suas riquezas no mercado de trabalho são por isso mesmo menos favoráveis. (Singly, 1987: 59)

Os efeitos do casamento na carreira feminina são abundantemente demonstrados: “Oito em cada nove casos, a mãe de uma ou várias crianças tem, para um determinado diploma, um salário inferior ao de uma mulher casada sem filhos. Carreira maternal e carreira profissional contrariam-se” (Singly, 1987: 59).

Outro raciocínio simplista que a perspectiva de F. de Singly permite contrariar de forma muito clara é o que consiste em explicar o trabalho feminino no exterior apenas numa lógica dualista: tratar-se-ia ou de trabalho obrigatório por imposição económica, ou de trabalho por opção própria. Na óptica de Singly, esta abordagem

mascara os interesses sociais do trabalho assalariado da esposa (...); na realidade, a dupla actividade profissional feminina cria as condições de acesso a um estilo de vida superior, a um alinhamento em relação à fracção social acima [e pode ser] (...) uma das estratégias que o casal põe em acção para preservar os seus interesses enquanto grupo. (Singly, 1987: 87)

Além desses aspectos de interesse do colectivo familiar, as vantagens do trabalho feminino junto das crianças são demonstradas por várias pesquisas citadas pelo autor francês. Aí se conclui que os operários casados com mulheres com mais formação escolar do que eles têm menos filhos e que, os que têm, obtêm maior rendimento escolar do que os que são filhos apenas de operários casados com domésticas (Singly, 1987: 98). O trabalho assalariado das mulheres tem ainda outra vantagem, largamente demonstrada, de resto, nas nossas pesquisas sobre Portugal: ele consiste também, por parte das mulheres, em maior “exigência de autonomia, comportamental e espiritual” (Singly, 1987: 98).

### Casamento, divisão social e sexual do trabalho, género e classe

Deixou-se atrás referido o surgimento das correntes feministas nos anos 70 e o seu impacte, directo ou indirecto, na sociologia da família. O mesmo tipo de efeitos fez-se sentir, de forma quase transversal, em diferentes domínios da sociologia.



Interessa dar breve conta de algumas propostas que levantaram novos problemas a partir da sociologia do trabalho, articulando esfera familiar e actividade profissional. No domínio da família, além das ideias como a da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, foram as subidas e descidas de um conjunto de indicadores referentes à vida familiar que contribuíram para intensificar a pesquisa e propor outras abordagens. No domínio do trabalho, por seu turno, foi a crescente participação das mulheres na actividade, as mudanças tecnológicas com o reforço do sector dos serviços e o surgimento de postos de trabalho e empregos de natureza precária “abertos” à mão de obra feminina que vieram impor novas reflexões.

*Divisão social e sexual do trabalho, trajectórias e identidades*

A ideia segundo a qual a divisão social do trabalho é também “sexuada” surge de forma clara nos finais dos anos 70, em França. Parte dessas propostas vem a lume, numa antologia de textos, com o sugestivo título *Le sexe du travail* (1984) e entre as numerosas autoras encontramos os nomes de Danièle Kergoat, Martine Chaudron, Françoise Battagliola, Marie Agnès Barrère-Maurisson. Vejamos algumas dessas ideias, salientando sobretudo aquelas que procuravam relacionar teoricamente a esfera do trabalho com a esfera familiar.

A proposta de Martine Chaudron sublinha a necessidade de “se interrogar sobre os lugares respectivamente propostos às mulheres e aos homens na estrutura social *hic et nunc*, o que conduz a perguntar como se articulam precisamente as relações de classe e as relações de sexo” (Chaudron, 1984: 23). Esta perspectiva marxista tem a novidade de propor uma visão da família “atravessada, constituída fundamentalmente pelas relações sociais de sexo, na sua modalidade especificamente capitalista”. Isto é, não só sublinha a ideia de que as determinações sociais não param à porta da família, como afirma a especificidade do que nela ocorre. Na verdade, é no seu seio, avança a autora, que se desenvolve o essencial do trabalho de reprodução social, trabalho esse que está a cargo das mulheres através do desempenho das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos. O que aqui encontramos é uma variante das propostas feministas avançadas anteriormente e, em particular, da de A. Michel. Simplesmente, o ponto de partida deixa de ser a família, passando para o mundo do trabalho: o que ocorre no contexto familiar não são trocas gratuitas, são trocas de trabalho e estas, por sua vez, vão condicionar o que se passa com homens e mulheres na esfera da actividade profissional. M. Chaudron acaba por salientar que esta divisão social e sexual do trabalho condiciona as trajectórias de ambos os sexos, estando as mulheres inseridas profissionalmente em posições hierarquicamente inferiores às dos homens porque lhes é atribuído, simultaneamente, o papel reprodutivo na família.

Françoise Battagliola, por sua vez, sublinha que os mecanismos de classe e de sexo operam nos dois sentidos: na esfera produtiva e na esfera reprodutiva. Ao estudar os empregos do terciário, ela mostra como a ocupação de certos postos de trabalho não depende apenas de escolhas individuais feitas pelos trabalhadores ou

trabalhadoras, mas varia fundamentalmente em função das necessidades domésticas e até da própria política de gestão da mão de obra:

a divisão do trabalho entre os sexos na família é redobrada pelos mecanismos de funcionamento da instituição: por um lado, a promoção interna no emprego favorece, no essencial, os homens; as medidas de política social usadas pelas mulheres, e não podendo sê-lo pelos homens, transformam-se num alibi para a não promoção e para a atribuição a estas de trabalhos repetitivos. (Battagliola, 1984: 58)

A diferenciação entre carreiras masculinas e femininas, por sua vez, tem como efeito a rigidificação da divisão do trabalho no casal. A promoção dos homens mobiliza o esforço familiar, o que representa maior afectação da mulher ao desempenho das tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos. Efeito que não se verifica quando é a mulher a desenvolver, no essencial, esse esforço de promoção profissional:

a divisão social do trabalho entre os sexos, que se exerce no quadro profissional, redobra, através de mecanismos próprios, a que estrutura a esfera familiar e contribui em retorno para a reproduzir. O que está em jogo numa e noutra esfera são as relações sociais entre os sexos, que asseguram, tanto no domínio da produção como no da família, a dominação social dos homens sobre as mulheres, através da divisão sexual do trabalho e das representações que lhe estão associadas. (Battagliola, 1984: 58)

Numa perspectiva macrosociológica, Marie-Agnès Barrère-Maurisson insiste também na necessidade de ter em conta as estreitas relações entre estrutura familiar e estrutura profissional, propondo mesmo mais tarde uma sociologia dessa relação em *La Division Familiale du Travail* (1992). Fazendo a análise sistemática das relações entre estas duas esferas, que considera articuladas entre si, defende que se devem considerar as relações “homens-mulheres como relações sociais de sexo, na medida em que elas atravessam a sociedade no seu conjunto e não apenas a família, ou mesmo a produção”, considerando ainda que só re-interrogando a família como lugar de relações de sexo se pode então compreender melhor como funcionam “as relações conjugais, as relações de uns e de outros com a produção de crianças, a relação com o trabalho quer assalariado quer doméstico de cada cônjuge” (Barrère-Maurisson, 1992: 27).

Mais do que constatar a necessidade desta dupla abordagem trabalho/família, e as modalidades de articulação entre os dois domínios, a autora propõe-se explicar a evolução e transformação no tempo e no espaço da relação entre estas estruturas. Relaciona, assim, para o caso da França e desde 1945 até aos nossos dias, as mudanças nos sistemas produtivos e de emprego com os tipos dominantes de família e as modalidades de regulação familiar em relação ao trabalho, mostrando a passagem da família patriarcal à família conjugal e à família de *deux apporteurs* (Barrère-Maurisson, 1992: 174). Analisa ainda as modalidades de relação entre estruturas familiares e estruturas do emprego e do mercado de trabalho a partir da especificidade dos diferentes sectores de actividade (a empresa, o serviço público, a agricultura e o trabalho independente). Mostra assim como, quer no domínio da família, quer no do trabalho, se verifica a existência de sistemas de funcionamento

mais ou menos rígidos, em épocas diferentes, que se inter-influenciam mutuamente. Mas conclui que “o trabalho e a família são em parte autónomos, isto é, são regidos cada um pelas suas lógicas próprias e possuem uma dinâmica específica; mas eles estão igualmente em relação um com o outro, porque estão os dois submetidos a uma lei comum, a da divisão sexual do trabalho” (Barrère-Maurisson, 1992: 159).

Estas abordagens superam assim visões excessivamente dicotomizadas: de um lado as determinações de sexo, do outro as de classe. Porque introduzem o conceito de relações sociais de sexo, elas têm ainda o mérito de mostrar como os condicionamentos derivados destas diferenças atravessam e fazem comunicar todos os domínios da vida social, da família ao trabalho. Abandona-se de vez a lógica da procura da determinação “em última instância”, passando-se a uma perspectiva de interacção entre os diferentes domínios: a posição das mulheres e dos homens na família e a posição das mulheres e dos homens no mercado de trabalho estão ligadas entre si pela existência das relações sociais de sexo.

A visão que acabou de se expor torna possível uma visão multifacetada. Certos fenómenos gerados no mercado de trabalho, por exemplo, como o crescimento do sector dos serviços ou a procura de mão de obra precária, criam oportunidades mais facilmente adequadas à situação de discriminação das mulheres, gerando certos círculos viciosos. Nos sectores sociais mais desfavorecidos os patrões oferecem postos de trabalho “pensados” para serem ocupados por mulheres. Estas, por sua vez, aproveitam as oportunidades, mas são obrigadas a interromper com a gravidez e nos primeiros anos dos filhos porque não têm condições mínimas de protecção social nem equipamentos sociais de apoio. Quando voltam, só conseguem encontrar ocupações ainda em piores condições do que quando entraram, como é exemplificado no caso inglês (Mcdowell, 1992).

O que nestes casos se revela, assim, é a interpenetração perversa e desfavorável para as mulheres, das lógicas do trabalho e da família. Mas os condicionamentos a que muitas mulheres estão submetidas não podem ser confundidos com o seu maior ou menor investimento na actividade profissional. Na verdade, também se torna evidente, em várias pesquisas, que elas desejam ter trabalhos de tipo diferente, recusando a privação dos ganhos em autonomia relativa e auto-estima. Pretendem, pelo contrário, maior controlo sobre os seus recursos económicos e outras vantagens que o trabalho no exterior permite (Mcdowell, 1992: 188). A ideia segundo a qual as mulheres estariam mais motivadas para a vida familiar do que para o trabalho profissional foi também posta em causa pela pesquisa realizada em Portugal (Torres, 2001). Noutra investigação realizada nos EUA, de resto, e utilizando técnicas diferentes de recolha de informação, concluiu-se que considerar que as mulheres são “familiarmente-orientadas” e não “profissionalmente-orientadas” não é senão alimentar uma ideologia de género que não corresponde efectivamente às aspirações femininas (Lorber e Farrel, 1991: 9).

Ter em conta a divisão social e a divisão sexual do trabalho, de forma articulada, e as relações sociais de sexo, permite assim perspectivas mais alargadas sobre o que pode condicionar as vivências da conjugalidade pelos dois sexos e contribuir igualmente para entender os constrangimentos susceptíveis de influenciarem certas opções, preferências e expectativas dos cônjuges.

### *Género e classe*

As correntes que em França sugeriram que a divisão social do trabalho era também “sexuada” coincidem de certo modo no tempo com as que nos EUA propuseram o conceito de género. Este último, entre múltiplos entendimentos, pretendia, de forma muito genérica, dar conta das características socialmente construídas a partir das diferenças biológicas entre os sexos.

Disse-se atrás que nos anos 80 as divisões entre as correntes feministas em torno da questão da primazia a dar ao capitalismo ou ao patriarcado, que indirectamente se referiam, assim, a preferir o conceito de género ao de classe ou vice-versa, tenderam a esbater-se anos mais tarde. As posições teóricas e abstractas do tipo ou/ou foram sendo cada vez menos frequentes e, em muitos casos, as posições mais ideológicas e preocupadas com a intervenção directa evoluíram no sentido de desenvolver pesquisas que contribuíssem para o entendimento de aspectos da discriminação de género que condicionam a vida de mulheres e de homens. Esta aproximação ao real constituiu enorme enriquecimento em termos do conhecimento da realidade e traduziu-se num maior grau de plasticidade na utilização dos conceitos.

As posições que defendem a necessidade de articulação entre classe, género e outras categorias sociais como a de etnicidade e de raça tornam-se mais expressivas:

na realidade, raparigas e rapazes e mulheres e homens são mais parecidos do que diferentes, mas como Rubin (1975) diz, as sociedades impõem-lhes um “tabu da semelhança”. Juntamente com raça, etnicidade e classe social, as *categorias de género* constituem estatutos cultural e socialmente institucionalizados. (Lorber e Farrel, 1991: 8)

A necessidade de analisar os contextos históricos e culturais específicos em que ocorrem as relações sociais de género torna-se decisiva.

Vale a pena agora dar um exemplo de uma utilização heurística da relação entre género e classe. Anne Phillips (1992) sugere esta articulação através de um sugestivo título de artigo: “Classing the women and gendering the class”. Ela apoia-se na análise de três momentos da história inglesa — o século XIX, a viragem do século e o período posterior à segunda guerra mundial — e na relação das mulheres de diferentes classes sociais com o mercado de trabalho. Mostra então como as posições relativas das mulheres — muito embora, pelos efeitos de género, sejam sempre socialmente dominadas e inferiores às dos homens — se podem distanciar entre si pelos efeitos da classe. Vê-se ainda extremamente bem, através da sua proposta, que as classes só ganham sentido a partir duma perspectiva relacional, com as mudanças ocorridas numas a implicarem forçosamente transformações de posição das outras. Igualmente se entende que o estatuto das mulheres casadas foi usado como marca de classe perfeitamente distintiva. Vejamos alguns exemplos.

Phillips considera que durante o século XIX se opera maior afastamento entre as classes médias e as classes trabalhadoras e que para essa distância contribuiu

uma recodificação das ideias sobre as mulheres e o seu papel. O ideal de feminilidade, do recato doméstico e da entrega à educação dos filhos, surge nos mesmos sectores sociais em contraste com a época anterior, quando as mulheres dos pequenos e médios comerciantes ou dos proprietários agrícolas médios geriam, lado a lado com os homens, os seus negócios. Nasce com esta reclusão das mulheres o seu equivalente afastamento do mundo dos homens.

Fenómeno complementar deste é o que se passa com as chamadas classes trabalhadoras. Enquanto as mulheres das classes médias passam a ficar no lar, as assalariadas agrícolas deixavam o campo e vinham para as fábricas ou surgiam a criar condições para que as fadas do lar exercessem o seu papel, isto é, passavam a empregadas domésticas. E à medida que as classes médias aumentavam, subia também o número das que se dedicavam ao trabalho doméstico, ao ponto de o serviço doméstico se tornar no grande empregador de mulheres nessa época (Phillips, 1992: 96). Embora se condenasse, do ponto de vista moral, o emprego em fábricas das mulheres casadas e com filhos, a verdade é que as condições de pobreza e de miséria e, nomeadamente, a grande descendência que era necessário sustentar, empurravam as mulheres para esses trabalhos extenuantes.

Mas um conjunto de mudanças socioeconómicas vem provocar outras transformações nas fronteiras de classe entre as mulheres. Nos finais do século XIX, continua Phillips, os sectores mais baixos das classes médias começam a ocupar os novos postos de trabalho entretanto criados: professoras do ensino primário, enfermeiras, vendedoras, empregadas administrativas. A qualificação para estes trabalhos exigia formação escolar, o que implica algum acesso à educação de mulheres até aí completamente afastadas dela. No início do século, ter um emprego tornou-se mais normal para as mulheres das classes médias e a grande distinção entre as mulheres que eram obrigadas a trabalhar e as que não eram esbate-se ligeiramente. Durante a primeira guerra mundial, aparece até como tarefa patriótica o trabalho para o esforço de guerra, o que não deixa de produzir algum rasto para o futuro.

Depois da segunda guerra mundial, Phillips considera que, no caso inglês, as grandes diferenças entre as mulheres das classes médias e as das classes trabalhadoras — a extrema pobreza por um lado e uma existência mais cómoda defendida pela existência de trabalho doméstico, por outro — desaparecem. Não só diminui e encarece a oferta de trabalho doméstico como o modelo de actividade tende a generalizar-se a todas as mulheres casadas e com filhos depois dos seis anos. Nem por isso logicamente deixa de haver fortes assimetrias sociais entre as mulheres destes dois sectores, mas o que Phillips sublinha é que a relação com o trabalho parece ser mais aproximada do que distante, ao contrário de um passado ainda recente.

Não faz sentido prolongar este exercício, que a autora desenvolve de forma muito mais aprofundada e rica do que seria possível aqui dar conta. Apenas se quis ilustrar as modalidades de interpenetração entre classe e género e algum do poder heurístico da perspectiva. Basta o confronto com a experiência de outro país, aliás, para nos apercebemos da especificidade da história portuguesa a este respeito — do ainda predominantemente Portugal rural dos anos 60 à modernidade inacabada dos nossos dias — e da necessidade de prolongar e intensificar a investigação.

Vale a pena ainda referir que, além da tendência já focada para o seu enquadramento, contextualização e articulação a outros conceitos, dele têm sido dadas diferentes definições. Encontramos versões do conceito mais fenomenológicas que lhe conferem um carácter, no essencial, “construído” e que apontam para a ideia segundo a qual o género se vai “fazendo” e “reafirmando” através da relação com os outros (West e Zimmerman, 1991). Encontramos também, no outro extremo, interpretações mais estruturalistas, que o definem numa perspectiva “socioestrutural, em que o género é encarado como uma das fundações de toda a ordem social existente” (Lorber e Farrel, 1991: 1). Mesmo nesta óptica, contudo, se assume uma visão não essencialista, ao partir-se do princípio que, em rigor, se deve falar de géneros e não de género, visto que “ser mulher e ser homem muda de uma geração para a outra e é diferente para diferentes raças, etnias e grupos religiosos, assim como para os membros de diferentes classes sociais” (Lorber e Farrel, 1991: 1). Também se encontram versões de síntese quando, a partir da discussão de resultados de pesquisas com diferentes orientações teórico-metodológicas, se conclui sobre a inevitabilidade de uma tripla articulação entre género, família e economia (Blumberg, 1991).

#### Utilizando o conceito de género, discutindo identidades e relações sociais de sexo: propostas recentes de autoras e autores portugueses

As definições e a utilização mais ou menos ambígua do conceito de género dependem também dos diferentes domínios das ciências sociais em que têm sido aplicados, como bem mostra Lígia Amâncio (1999) para a psicologia social e Miguel Vale de Almeida para a antropologia (1995).

A primeira referência importante centra-se nas já indicadas propostas de Lígia Amâncio (1994), basicamente, no âmbito da psicologia social, domínio com linguagem própria que não se domina e se procurou não “trair”. A autora procura explicar a construção social da diferença de género numa investigação em que se propõe mostrar

que os conteúdos caracterizadores do masculino e do feminino, as dimensões explicativas do comportamento de homens e mulheres e da própria posição social dos dois grupos estão interligados numa relação de produção de sentido, e que o consenso que envolve esta forma de pensamento social o transforma numa ideologia colectiva. (Amâncio, 1994: 33)

A partir de um conjunto de pesquisas, mostra, mais especificamente para o universo do trabalho, a persistência das assimetrias de género, revelando assim os limites, em termos do fim da discriminação feminina, da maior participação das mulheres na actividade profissional. Conclui que os significados sociais atribuídos às categorias sexuais não são simplesmente diferentes, nem apenas assimétricos,

favorecendo o pólo masculino em detrimento do feminino. A autora mostra que ao estereótipo masculino são atribuídos os traços de “modelo referencial”, de carácter universal, sinónimo de pessoa adulta e de sentido dominante, enquanto que ao feminino se atribuem traços particularistas, contextuais e dominados. Acrescente ainda que

a dominação do masculino não é uma propriedade dos homens, mas é uma propriedade do seu modo de ser na medida em que se confunde com a concepção dominante de pessoa, ao nível de um modelo de comportamento. É por isso que quando situamos os indivíduos em contextos públicos, como os do trabalho, os homens afirmam a sua distintividade de forma relativamente consistente, mas as mulheres fazem-no sob certas condições: a de que este comportamento não implique uma ruptura com o modo de ser feminino e a de que ele não subverta a natureza da relação entre os sexos. (Amâncio, 1994: 180)

Ora, assim, ao assumir “naturalmente modelos de comportamento que lhes são socialmente impostos”, homens e mulheres contribuem de maneira diferente para a acentuação da diferença e do desvio das mulheres no mundo do trabalho.

Viu-se que há análises no domínio da sociologia que tendem a dar relevância à articulação entre divisão social e sexual do trabalho, deduzindo daí os lugares diferenciados que homens e mulheres ocupam na estrutura social e que explicariam assim a discriminação de género. Outros acrescentam que, no decurso dos diferentes contextos de interacção, essas diferenciações são, no plano simbólico e no plano das práticas, actualizadas e realimentadas. A perspectiva assumida por Lígia Amâncio permite dar visibilidade aos mecanismos de carácter ideológico que permitem manter a discriminação de género. Mas, mais do que isso, ao mostrar como estas ideologias de senso comum são partilhadas por homens e por mulheres questiona directamente as perspectivas que, partindo da simples pertença de sexo, se apoiam nas versões automáticas de um essencialismo, naturalismo e biologismo do feminino que se traduziria numa visão moral e numa consciência diferente e libertadora.

Esta análise é parcialmente retomada por Helena Carreiras na sua investigação sobre a participação das mulheres nas Forças Armadas. Procurando desde logo desconstruir as posições de algumas correntes feministas, acentua o carácter socialmente construído das categorias de género, sublinhando que

à abordagem sociológica não cabe definir diferenças entre grupos ou categorias de indivíduos, a partir da identificação de propriedades que lhes seriam intrínsecas, mas antes analisar os processos necessariamente relacionais através dos quais se constroem essas diferenças (e, do mesmo modo, as pertenças identitárias) bem como as modalidades da sua configuração em distintos contextos sociohistóricos. (Carreiras, 1997: 36)

Projectada neste plano, a análise sublinha a necessidade de distinguir entre sexo e género, considerando que a última noção permite identificar os processos de

categorização social que, “embora do ponto de vista cognitivo tomem por referência o critério biológico, dele se distinguem enquanto produto especificamente social” (Carreiras, 1997: 37). Discutindo depois, na perspectiva sociológica, algumas das abordagens do conceito de género, salienta as vantagens das versões mais fenomenológicas e etnometodológicas, como as de que West e Zimmerman (1991) citadas acima, pelo facto de mostrarem como o género “vai sendo” socialmente construído. Mas também mostra os seus limites ao enunciar o que é em geral criticado no plano teórico a estas propostas: o facto de elas não terem em conta os constrangimentos socioinstitucionais, ou seja, darem menos atenção aos lugares que os actores ocupam na divisão social do trabalho e aos contextos em que decorrem as interacções (Carreiras, 1997: 39).

Também Helena Carreiras conclui pela necessidade de afastar raciocínios simplificadores como os que atribuem à entrada das mulheres nas Forças Armadas o significado mais visível de fim da discriminação de género. Ela mostra que se, por um lado, verificou, ao nível dos processos de adaptação/integração feminina nas Forças Armadas, “a existência de altos níveis de satisfação com a experiência militar”, por outro, acrescenta que “esta apreciação geral se associa à percepção de dificuldades”. Precisando ainda mais, aponta para que a “natureza das dificuldades encontradas — onde se destaca a identificação de resistências culturais à entrada das mulheres nas Forças Armadas — remete explicitamente para o plano das relações sociais de género”. Adianta também que as mulheres militares sentem que a sua condição de género funciona sempre como “filtro” para a análise do seu comportamento, situação que não se passa no caso dos homens, o que faz lembrar a ideia dos efeitos da “particularização” (Amâncio, 1994) na apreciação dos comportamentos femininos que não têm equivalente no masculino.

Estas duas últimas abordagens são importantes, quer pelo debate teórico que desenvolvem, nomeadamente à volta de conceitos como o de género, quer porque as suas propostas e resultados permitem descodificar e reinterpretar alguns dos discursos — sobretudo os das mulheres — que surgem também no contexto da conjugalidade.

Com Miguel Vale de Almeida viajamos para uma abordagem singular no contexto português. Mais do que debater o conceito de género, o autor propõe-se compreender a construção da masculinidade. A hipótese central da investigação constitui-se à volta da ideia de que a “masculinidade hegemónica é um modelo cultural ideal (...) que exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação da ritualização das práticas da sociabilidade quotidiana e de uma discursividade que exclui todo o campo emotivo considerado feminino” (Vale de Almeida, 1995: 17). A masculinidade hegemónica não se define apenas como diferente da feminilidade, mas assume, fundamentalmente, o estatuto de superioridade, a forma de ascendência social.

O autor analisa um terreno com contornos particulares. Trata-se de uma zona do Alentejo cuja actividade económica fundamental está ligada à extracção de pedra e em que a organização social da família assenta numa forte segregação entre os sexos, dedicando-se a mulher ao trabalho doméstico e aos cuidados com os filhos e os homens ao trabalho nas pedreiras. Resulta do trabalho de Miguel Vale de

Almeida, que implicou presença prolongada no terreno em convívio próximo com o universo masculino da aldeia, uma perspectiva teórica e empiricamente riquíssima da realidade que analisou. O acesso aos diversos espaços de convívio estritamente masculinos permitiu uma abordagem que revela alguns dos “segredos” — para os universos femininos, nomeadamente para a investigadora mulher — a construção da masculinidade, desde a sua exibição mais directa na relação com o dinheiro e com o poder, até aos lados mais íntimos da expressão censurada da emoção.

Beneficiou-se ainda com o debate teórico desenvolvido em *Senhores de Si*, que faz o percurso das problemáticas do género, da sexualidade e do corpo na antropologia, recorrendo igualmente a sociólogos contemporâneos. Verificou-se também proximidade de perspectivas nomeadamente porque Vale de Almeida, tal como já aqui se afirmou, procura mostrar como o que se define como feminino e masculino tem variantes, tratando-se de características a ser confirmadas e reafirmadas, mas dependendo a sua configuração, também, de outras variáveis como a classe e a idade (Vale de Almeida, 1975: 66). O que significa, logicamente, a recusa de posições essencialistas, tal como temos vindo a sustentar.

Contributo igualmente interessante não tanto no plano do debate ou operacionalização do conceito de género, mas mais para o da discussão sobre a construção das identidades femininas, é o de Ana Nunes de Almeida. Trata-se de uma proposta de interpretação da realidade produzida no âmbito de uma pesquisa sobre mulheres a viver num bairro degradado (Portela-Outourela) às portas de Lisboa que tinham migrado do campo para a cidade, nos anos 60, em busca de uma vida melhor. Partindo da maneira de contar a vida destas mulheres, pautada pela centralidade do seu papel como mães e mulheres de família, Ana Nunes de Almeida sugere uma interessante dicotomia entre *maneiras de dizer* e *maneiras de fazer*, central, na opinião da autora, para compreender a construção das identidades femininas. Aliás, pretende-se ter seguido a sua sugestão final — “a adopção de semelhante perspectiva obriga a um trabalho de revisão e reconstrução do que se tem escrito sobre a posição da mulher na sociedade e sobre as relações intersexos” (Nunes de Almeida, 1986: 520) — ao procurar estabelecer as diferenças entre o que é dito e o que é feito. Mas concretize-se, brevemente, a sua proposta.

O problema parte da estranheza que Ana Nunes de Almeida parece ter sentido ao verificar que, a um discurso vitimizado e fatalista, se contrapõe um fazer feminino protagonista, activo, desempoeirado e despachado. Elas dizem que os namorados as “enganaram,” mas percebe-se a sua cumplicidade para pressionar os pais a concretizar o que os dois queriam: casar um com o outro. Elas afirmam que não podem fazer nada perante o destino, mas acompanharam os maridos no projecto de migração para a cidade e lançam mãos à obra, agarrando qualquer trabalho, gerando salários fundamentais para o orçamento familiar. Elas dizem-se dependentes e pouco conhecedoras, mas são elas que se aventuram na cidade resolvendo inúmeros problemas burocráticos. Quem são elas então, afinal, apetece perguntar. São as criaturas dependentes e passivas do discurso ou as mágicas da acção? Ana Nunes de Almeida responde que elas são as duas coisas numa “relação

de cumplicidade entre maneiras de fazer” e “maneiras de dizer” (Nunes de Almeida, 1986: 520).

De facto, na transição do campo para a cidade, estas mulheres transportam consigo um universo de referências onde são centrais a forte diferença nas modalidades de construção identitária entre homens e mulheres, uma divisão entre a função instrumental e a expressiva clássica, a assimetria perfeitamente hierarquizada de lugares, com o feminino sempre em posições subalternas. Mas a migração para a cidade implica uma mudança. Áreas de protagonismo, que eram já certamente as suas no lugar de onde vinham, vão agora ampliar-se, tornando-se, se não para elas, pelo menos para quem observa do exterior, ainda mais visíveis.

Dar visibilidade aos dois lados da realidade, ao dito e ao feito, para analisar a construção da identidade feminina, constitui sugestão importante para superar equívocos frequentes. Ora se tende, em certa literatura, a sublinhar as diferenças entre homens e mulheres, “ontologizando-as” e artificializando-as apenas a partir do discurso dos actores, ora se tende, em contrapartida, a negar o discurso e a minimizar as realidades da discriminação feminina sob a capa de poderes misteriosos que elas de facto deteriam e que “compensariam” as reais desigualdades. Questões ideológicas funcionam como barreiras cognitivas, levando a que se dê mais atenção a esta ou àquela vertente da realidade, sendo possível, conforme o olhar, afirmar a identidade vitimizada das mulheres ou o seu poder mágico e redentor. É indispensável romper com ambas as visões.

Finalmente, num artigo ainda mais recente de Virgínia Ferreira (Ferreira, 1999), são reequacionados, entre outros, alguns temas centrais do debate sobre divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho e na família. Retomando temas anteriores, a autora sistematiza o debate das teorias que tomam por referência ou o tema do emprego ou o da família, para depois abordar os que tentam estruturar uma visão conjunta das duas esferas da divisão sexual do trabalho. Velhos conceitos são revisitados, novas ideias analisadas, mostrando-se virtualidades e limites.

Depois de situar um conjunto de interrogações sobre o efeito das políticas de igualdade de oportunidades, desenvolve a crítica às teorias sobre a divisão sexual do trabalho na família, como a teoria do *capital humano* ou a do *new home economics*. Retoma depois o tema da divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho, fazendo a análise crítica das teses sobre o *dualismo* e a *segmentação no mercado de trabalho*, sobre a *desqualificação do trabalho* e *exército industrial de reserva*.

As relações entre a divisão sexual do trabalho na família e no mercado de trabalho, articulação que a autora, como se viu atrás, vem propondo desde 1981, são depois analisadas. De início, referem-se as teorias dos sistemas duais que tendem a privilegiar a atenção ou na família e nas relações de subordinação que aí ocorrem — como é o caso de C. Delphy, como atrás foi referido — ou na dimensão do mercado de trabalho. Mas também se analisam velhas e novas propostas de formulação do conceito de patriarcado.

Virgínia Ferreira sublinha os contributos de propostas como a de S. Walby que, procurando superar as críticas de ahistoricismo, biologismo, universalismo e descritivismo, dirigidas às formulações mais primitivas do conceito de patriarcado, sugere que “o patriarcado é um sistema de relações sociais e não um padrão de

acções individuais". Exemplo dessa procura de evitar formulações redutoras é o de Walby ainda, ou o de Boaventura de Sousa Santos, quando procura evitar a localização da opressão das mulheres num "local" específico da estrutura social. Ainda que, em Walby, pareça clara a prevalência da ideia segundo a qual, nas sociedades ocidentais, são as relações de mercado que acabam por configurar de forma mais determinante o lugar de subordinação das mulheres na família e na sociedade em geral (Ferreira, 1999: 49).

Também a proposta de H. Hartmann, e as modalidades específicas de relação entre os dois sistemas patriarcado e capitalismo, é analisada por V. Ferreira, sugerindo que a autora norte-americana sublinha a cumplicidade e o reforço mútuo desses dois sistemas, que actuam nos próprios sistemas de trabalho (por exemplo, através do fechamento dos sindicatos e da formação profissional em relação às mulheres).

Mas também os limites destas propostas são apontados por V. Ferreira, ou por autores em que se apoia. Critica-se, por exemplo, o facto de propostas como a de Walby e de Hartmann sublinharem demasiado o lado economicista e macro-estrutural, tendendo a dar menos atenção às práticas dos sujeitos concretos, ou à natureza relacional interdependente e contraditória da relação entre o masculino e o feminino nas sociedades ocidentais. Virgínia Ferreira considera mais vantajosa a utilização do conceito de *relações sociais de sexo*, em detrimento das teorias dos sistemas duais e das suas interações, sustentando:

Na verdade estas duas correntes tomam o patriarcado e o capitalismo como sistemas que pré-existem ao momento da sua articulação. Ora a conceptualização da transversalidade das relações sociais de sexo implica uma rejeição da noção de esferas separadas que depois se articulam. (Ferreira, 1999: 51)

Insiste depois que o esquema analítico das relações sociais de sexo é fundamentalmente integrador ao permitir equacionar, de forma transversal, tanto as condicionantes mais estruturais como o nível das interações face a face, as percepções subjectivas e as identidades.

No percurso feito através de autores e autoras, dos anos 70 aos nossos dias, pretendeu-se não tanto recensear ou inventariar, mas antes dar conta da renovação teórica que a chamada questão feminina implicou, quer ao abrir campos específicos de estudo, quer ao impor novas reflexões e abalos de fronteiras nas sociologias estabelecidas, como a da família e a do trabalho. Trabalho de debate e renovação que continuará certamente abrindo caminhos de futuro.

## Notas

- 1 De segunda vaga por referência, logicamente, à vaga inicial do feminismo do início do século XX, tão bem protagonizada pelas sufragistas.

- 2 André Michel refere, discutindo o âmbito e os resultados de cada pesquisa, vários autores dos quais destacamos os seguintes: Blood e Wolfe, David Heer, Reuben Hill (EUA), R. Konig (Alemanha), M. Young e P. Willmott (Inglaterra), C. Leplae (Bélgica) e André Michel (França) (Michel, 1983: 207-250).
- 3 A taxa de actividade feminina das mulheres casadas nos EUA passou de 15% em 1940 para 41% em 1970. Em França, em 1962, 32% das mulheres casadas trabalhavam, tendo esse número aumentado para 34% em 1968. Mas, no conjunto das mulheres com actividade profissional em 1968, em França, 55% eram casadas, enquanto essa percentagem era apenas de 48 em 1954 (Michel, 1983: 198).
- 4 Em 1960, Gurin e seus associados, numa pesquisa em que se pretendia relacionar o trabalho com a saúde mental, que envolveu 2460 americanas e americanos, concluíram que o trabalho doméstico pode ser nefasto para a saúde mental das mulheres que ficam em casa (Michel, 1978: 91).
- 5 Sempre que não se especificar se as mulheres casadas com filhos pequenos de que se está a falar, nesta época, são ou não activas, devemos imaginá-las, na sua maioria, domésticas, não esquecendo que a forma de viver esta situação varia de acordo com as classes sociais. É que, quando atrás se fez referência ao aumento da taxa de actividade feminina entre as mulheres casadas, que chegou ao patamar de 41% nos EUA, em 1970, e de 34% em 1968, em França, não se pode esquecer que esse número é uma média. No segmento de idade em que as mulheres têm filhos pequenos essa percentagem desce de forma significativa. Fenómeno que nos anos 80 e 90 se vem a alterar de forma expressiva, já que não só sobe ainda mais a percentagem das mulheres casadas activas, na maior parte dos países da Europa e nos Estados Unidos, como hoje se tende cada vez mais a não interromper a actividade profissional com o nascimento dos filhos.
- 6 Claro que esta visão retoma alguns dos argumentos já avançados por Engels no século XIX, nomeadamente em *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884, 1976).
- 7 Não dominamos suficientemente a literatura sociológica anglo-saxónica sobre a questão do género para dizermos com toda a segurança que não poderia haver nessa altura propostas que fossem já em sentido convergente com esta, mas é duvidoso que assim seja. A verdade é que os chamados *women's studies* ganham visibilidade precisamente a partir dos anos oitenta com propostas que nos parecem aquém das que foram avançadas por Teresa Sousa Fernandes.

## Referências bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes (1985), "Trabalho feminino e estratégias familiares", *Análise Social*, XXI (85), 7-43.
- Almeida, Ana Nunes (1986), "Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina" *Análise Social*, XXII (92-93), 493-520.
- Almeida, Miguel Vale de (1995), *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século Edições.

- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- Barrère-Maurisson, Marie Agnès (1992), *La Division Familiale du Travail. La Vie en Double*, Paris, PUF.
- Battagliola, Françoise (1984), "Employés et employées. Trajectoires professionnelles et familiales", *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif* (obra colectiva), Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 57-70.
- Bertaux, Daniel (1978), *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*, Lisboa, Moraes Editores.
- Blood, Robert O., e Donald Wolf (1960), *Husbands and Wives*, Nova Iorque, Free Press.
- Blunberg, Rae Lesser (1991), *Gender, Family, and Economy. The Triple Overlap*, Londres, Sage Publications.
- Carreiras, Helena (1997), *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Chaudron, Martine (1984), "Sur les trajectoires sociales des femmes et des hommes. Stratégies familiales de reproduction et trajectoires individuelles", *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif* (obra colectiva), Presses Universitaires de Grenoble, 17-26.
- Delphy, Christine (1978), "Travail ménager ou travail domestique?", em A. Michel (org.), *Les Femmes Dans la Société Marchande*, Paris, PUF, 39-54.
- Delphy, Christine (1992), "A theory of marriage", em L. Mcdowell e R. Pringle (orgs.), *Defining Women. Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press, The Open University, 138-139.
- Fernandes, Maria Teresa Sousa (1981), "Women and the wage labor system. A theoretical approach to the sexual division of labour", dissertação de doutoramento, Brandeis University.
- Ferreira, Virgínia (1981), "Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6, 47-86.
- Ferreira, Virgínia (1999), "A segregação sexual do mercado de trabalho — perspectivas teóricas e políticas", *Sociedade e Trabalho*, 6, 39-56.
- Goode, William (1969, 1963), *Revolução Mundial e Padrões de Família*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Lorber, Judith, e S. Farrel, (orgs.) (1991), *The Social Construction of Gender*, Londres, Sage Publications.
- Macdowell, Linda, e Rosemary Pringle (orgs.) (1992), *Defining Women: Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Macdowell, Linda (1992), "Gender divisions in a post-Fordist era: new contradictions or the same old story?", em Linda Macdowell e Rosemary Pringle (orgs.), *Defining Women: Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press, 181-192.
- Meillassoux, Claude (1977), *Mulheres, Celeiros e Capitais*, Porto, Afrontamento.
- Michel, Andrée, (org.) (1978), *Les Femmes Dans la Société Marchande*, Paris, PUF.
- Michel, Andrée (1983, 1972), *Sociologia da Família e do Casamento*, Lisboa, Rés Editora, (tradução s/data, 1.ª edição: 1972; 2.ª edição: 1978).
- Morgan, James N. (1978), "Aspects quantitatifs de la production non marchande dans les familles américaines", em Andrée Michel (org.), *Les Femmes Dans la Société Marchande*, Paris, PUF, 1978, 205-223.

- Oakley, Ann (1974), *Housewife*, Londres, Allen and Unwin.
- Parsons, Talcott (1971, 1949), "A estrutura social da família", em Ruth Ashen (org.), *A Família: sua Função e Destino*, Lisboa, Edições Meridiano, 265-299.
- Phillips, Anne (1992), "Classing the women and gendering the class", em L. Macdowell e R. Pringle (orgs.), *Defining Women: Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press, 93-106.
- Segalen, Martine (1993), *Sociologie de la Famille*, Paris, Armand Colin, 3.ª edição.
- Scanzoni, John (1983), *Shaping Tomorrow's Family*, Londres, Sage Publications.
- Singly, François de (1987), *Fortune et Infortune de la Femme Mariée. Sociologie de la Vie Conjugale*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Singly, François de (1987a), "Théorie critique de l'homogamie", *L'Année Sociologique*, 37, 181-205.
- Torres, Anália Cardoso (2001), "Trajectórias, dinâmicas e formas de conjugalidade. Assimetrias sociais e de sexo no casamento", dissertação de doutoramento, Lisboa, ISCTE.
- Torres, Anália Cardoso (2001a), *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- West, Candance, e D. H. Zimmerman (1991), "Doing gender", em J. Lorber e S. Farrel, (orgs.), *The Social Construction of Gender*, Londres, Sage Publications, 13-37.

Anália Torres é Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Tem investigado questões relacionadas com a família e a conjugalidade. Autora entre outras publicações de *Divórcio em Portugal — Ditos e Interditos* (1996) e de *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina* (2001), ambos pela Celta Editora.  
Contacto: [analia.torres@iscte.pt](mailto:analia.torres@iscte.pt)